

KUPFER, D. 2005: O Ano das Oportunidades Perdidas. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 15/11/2005.

---

## **2005: O Ano das Oportunidades Perdidas**

15/11/2005

Nos instantes que antecedem o início de uma corrida de automóveis os pilotos aceleram freneticamente as suas baratinhas, mas não saem do lugar. Todos sabem que somente após o sinal de largada o ronco dos motores se transformará em movimento. Assim encontrava-se a economia brasileira ao final de 2004. Após um ano de excelente crescimento do PIB, brilhante desempenho das exportações e do saldo comercial e algum aumento do emprego e da massa salarial, dentre outros fatores favoráveis, as empresas mostravam forte disposição para a corrida do crescimento.

Porém, o ano de 2005 começou e nada de sinal de largada. Ao contrário, a puxada nas taxas de juros e a valorização do real ocorridas no último trimestre de 2004, então entendidas como medidas de ajuste pontual, promovidas por uma gestão macroeconômica excessivamente conservadora e por demais preocupada com o repique da inflação, de verdade, vieram para ficar. O ronco dos motores empresariais foi arrefecendo, até dar lugar a uma certa pasmeira, sugerindo que a corrida foi cancelada ou, pelo menos, adiada.

A história marcará 2005 como o ano das oportunidades perdidas. Para a surpresa de muitos que previam uma acomodação da economia chinesa e uma aterrissagem da economia americana, com efeitos contracionistas sobre a demanda mundial de mercadorias e sobre a liquidez dos mercados de capitais, o cenário externo permaneceu tão ou mais favorável que o de 2004. A bonança foi devidamente aproveitada por países em situações tão díspares como Argentina, Rússia ou Tailândia, que deverão crescer a taxas superiores a 6%, mas não pelo Brasil, que apresentará crescimento em torno de 3%.

A ultravalorização do real foi tão longe que, nesse momento, nenhum analista se dispõe a arriscar um piso para o valor da taxa de câmbio. Mesmo assim, o desempenho das exportações, mais uma vez, despontou como a jóia da coroa. Com previsão de superar a casa dos US\$ 116 bilhões, as vendas externas terão crescido cerca de 21% em 2005. No entanto, embora tenha aumentado, o coeficiente exportado da indústria brasileira é ainda muito baixo (cerca de 17%, segundo a FUNCEX), de modo que o nível de atividade industrial no país é determinado, fundamentalmente, pelo comportamento do mercado interno.

Esse último não resistiu ao arrocho fiscal e monetário e ao provável término dos efeitos

dinamizadores decorrentes da liberalização do crédito consignado, promovida anteriormente. Como resultado, o terceiro trimestre vem revelando um desempenho frustrante, com os indicadores mensais de vendas e de geração de empregos mostrando variação negativa e projetando um quadro desfavorável também para o quarto trimestre. Esse fraco desempenho devolveu o grau de utilização da capacidade instalada da indústria aos níveis de 2003, ano de grande recessão. O resultado esperado deverá ser a reversão nas expectativas de investimento para 2006, fato que mais uma vez deverá implicar baixo dinamismo da economia no próximo ano.

Muito além das questões de conjuntura, os contratemplos enfrentados pela indústria em 2005 poderão ter conseqüências deletérias sobre uma das mais importantes corridas, e de longa duração, que as nações estão disputando: a corrida da produtividade. Entre 1990 e 2003 a indústria brasileira atravessou duas fases. Na primeira, até 1998, foi grande a elevação da produtividade, porém, associada à extensa eliminação de empregos na indústria. Esse processo estava relacionado à profunda reestruturação, baseada em mudanças organizacionais poupadoras de mão-de-obra (terceirização, *downsizing*, desverticalização) e incorporação de bens de capital de novas gerações tecnológicas, promovida pelas empresas.

Embora suficiente para assegurar a sobrevivência das empresas que demonstraram a necessária capacidade de resposta, essa trajetória era incompatível com um ciclo sustentado de crescimento econômico, tanto pelos efeitos macroeconômicos negativos sobre o balanço de pagamentos trazido pelo aumento do conteúdo importado da produção, quanto pela compressão do consumo decorrente da redução da massa salarial. Após a mudança do regime cambial no início de 1999, a indústria entrou em uma nova fase em que os níveis de produção e emprego voltaram a evoluir em sincronia, o que redundou em relativa estagnação da produtividade. A grande vitória obtida em 2004, que o corrente ano talvez vá se encarregar de anular, foi o fato de que a produtividade voltou a crescer em ritmo acelerado (3,2%), mas agora com geração de empregos, abrindo espaço para um círculo virtuoso de crescimento. Ao que tudo indica, essa trajetória, tão desejável quanto rara nos últimos quinze anos, interrompeu-se nos últimos meses.

Finalmente, no plano institucional, 2005 merece ser esquecido. Não porque a crise política, iniciada em fevereiro, tenha sido a tônica de todo o ano, mas porque todos os avanços institucionais prometidos na fase inicial do atual governo foram desarticulados ou entraram em compasso de espera. A sofisticada política industrial e tecnológica, editada em 2004, reduziu-se a nada mais que um rol de incentivos fiscais, duramente aprovados na forma de uma medida provisória, sintomaticamente, apelidada de “MP do Bem”. Esse recuo deixou claro que o poder público não teve cacife para mobilizar os corações e mentes das forças produtivas nacionais. No caso das Parcerias Público-Privadas, as PPPs, desenhadas pelo governo coma a (única) solução efetiva para desatar o nó do sub-investimento nas infra-estruturas, pouco ainda se tem ouvido falar.

O que esperar de 2006? No Brasil, mais um ano de muitas disputas políticas e poucas realizações em um mundo que, finalmente, deve começar a caminhar na corda bamba do aprofundamento do desequilíbrio econômico norte americano. A quarta Cúpula da Américas, recentemente realizada na Argentina, fracassou em descortinar novos horizontes para o continente, seja no desenho de uma alternativa à ALCA, seja na revisão da política dos EUA para a região. O Brasil em particular está cada vez mais dependente de sua própria capacidade política para superar as contradições de um modelo econômico que desperdiça oportunidades

de crescimento. A julgar por tudo que (não) ocorreu em 2005, o sinal de largada está ainda distante.

David Kupfer é professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ) – [www.ie.ufrj.br/gic](http://www.ie.ufrj.br/gic) - [gic@ie.ufrj.br](mailto:gic@ie.ufrj.br)